

RECEBI O ORIGINAL
Em: 11/05/2021
Aldemirze Vasconcelos da Silva



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL N° 2765
ASS: TC

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 041/2021 1ª Alteração

INTERESSADO: **Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS.**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Darcy Vargas, nº 645, Parque Dez de Novembro, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 33.000.167/1119-57

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 98164-4990

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0904.1202

PROCESSO Nº: 3111/07-V4

ÁREA A SER SUPRIMIDA: 3,83ha

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

LOCALIZAÇÃO: Rio Urucu, s/nº, Município de Coari-AM.

FINALIDADE: Autorizar a supressão da vegetação objetivando manutenção em locação do poço de exploração de petróleo 4-SMT-3-AM, no campo de Araracanga, visando garantir segurança nas explorações do heliponto e demais instalações de equipamentos na locação em uma área de 3,83 ha.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS DA ÁREA DE VEGETAÇÃO A SER SUPRIMIDA:

P-1: 4° 46' 27,028" S, 65° 38' 27,977" W; P-2: 4° 46' 26,934" S, 65° 38' 28,041" W; P-3: 4° 46' 26,039" S, 65° 38' 26,461" W; P-4: 4° 46' 20,737" S, 65° 38' 29,350" W; P-5: 4° 46' 21,600" S, 65° 38' 30,904" W; P-6: 4° 46' 20,651" S, 65° 38' 31,661" W; P-7: 4° 46' 20,572" S, 65° 38' 32,194" W; P-8: 4° 46' 20,808" S, 65° 38' 32,667" W; P-9: 4° 46' 21,268" S, 65° 38' 32,914" W; P-10: 4° 46' 22,368" S, 65° 38' 32,513" W; P-11: 4° 46' 22,718" S, 65° 38' 31,973" W; P-12: 4° 46' 23,207" S, 65° 38' 32,004" W; P-13: 4° 46' 23,332" S, 65° 38' 32,293" W; P-14: 4° 46' 23,708" S, 65° 38' 32,424" W; P-15: 4° 46' 24,217" S, 65° 38' 32,213" W; P-16: 4° 46' 24,408" S, 65° 38' 32,193" W; P-17: 4° 46' 23,627" S, 65° 38' 32,615" W; P-18: 4° 46' 22,946" S, 65° 38' 32,724" W; P-19: 4° 46' 22,241" S, 65° 38' 32,688" W; P-20: 4° 46' 21,755" S, 65° 38' 33,009" W; P-21: 4° 46' 21,121" S, 65° 38' 32,978" W; P-22: 4° 46' 20,677" S, 65° 38' 32,622" W; P-23: 4° 46' 20,508" S, 65° 38' 32,048" W; P-24: 4° 46' 20,614" S, 65° 38' 31,634" W; P-25: 4° 46' 21,022" S, 65° 38' 31,217" W; P-26: 4° 46' 14,931" S, 65° 38' 34,496" W; P-27: 4° 46' 13,848" S, 65° 38' 32,500" W; P-28: 4° 46' 33,190" S, 65° 38' 22,066" W; P-29: 4° 46' 34,273" S, 65° 38' 24,062" W.

VOLUME AUTORIZADO:

Nome Comum	Nº de árvore	Vol. (m³)	Vol. (ST)
Diversas	---	---	651,239
Total			651,239

PRAZO DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO: 350 Dias.

Manaus-AM, 28 de Abril de 2021.

Wanderléia H. Salgado do Nascimento
Assessora, no exercício da Diretoria Técnica

Maria do Carmo Nevês dos Santos
Diretora Técnica, no exercício da Presidência

IMPORTANTE:

- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico



RESTRICÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 041/2021 1ª Alteração

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº 3111/07-V4
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supressão Vegetal - ASV, o empreendedor/detentor da ASV deverá solicitar a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF junto ao IPAAM, o que corresponde uma posterior inserção de novo pedido junto ao SINAFLORE;
8. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n. 5.197/67;
9. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
10. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos relacionados fauna silvestre;
11. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei nº 12.651/12 e 12.727/2012;
12. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
13. Em caso de solicitação de renovação, apresentar relatório de exploração florestal constando a planilha de volume de material lenhoso já suprimido e a ser suprimido, conforme autorização em Licença Ambiental Única - LAU de Autorização de Supressão Vegetal - ASV;
14. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
15. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória a homologação do pátio;
16. Esta Licença Ambiental Única - LAU de Autorização de Supressão Vegetal - ASV autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
17. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paracense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
18. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal nº 5.975/06.
19. O executor deve apresentar relatório de execução da supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m³, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
20. Esta autorização para supressão vegetal é para uma área correspondente a 3,83 ha.
21. Não é permitida a realização de queimada na área objeto desta autorização.
22. **A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere**